



Ano I Nº 290
22 de Julho de 2008

Índice

CNM atenta às negociações na OMC	01
CNM/CUT participou de seminário na Argentina	02
Sindicatos do Mercosul querem qualidade no emprego	03
NAMA: progressos tímidos	04

INTERNACIONAL

CNM atenta às negociações na OMC

Vice-presidente da CNM/CUT acompanha negociações da Rodada de Doha em Genebra

A convite da FITIM, Marino Vani representa metalúrgicos da América Latina nas negociações da Rodada de Doha, que se encerra no dia 25 na cidade de Genebra, na Suíça.

As negociações da Rodada de Doha na cidade de Genebra, na Suíça, foram iniciadas nesta segunda-feira (21) e se estendem até a próxima sexta-feira (25). Nas mesas de negociação, representantes de diversos países discutem fundamentalmente o Acesso a Produtos Não Agrícolas - NAMA.



Por meio da Federação Internacional dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica (FITIM), o vice-presidente da CNM/CUT, Marino Vani, está como convidado na cidade para acompanhar em conjunto com trabalhadores e movimentos sindicais de todo mundo, as estratégias dos países perante à OMC.

Durante as atividades na Europa, o Vani participa de reuniões com a Missão Permanente do Brasil em Genebra e demais dirigentes sindicais do Mercosul, para discutir as ações e posições latinas na rodada. *(Mayara Baggio e Flávia Silva - Imprensa CNM/CUT)*

CNM/CUT participou de seminário na Argentina

Marino Vani, esteve em Buenos Aires participando do Seminário de Acordos Comerciais do Mercosul, promovido pela FITIM.



Entre os dias 16 e 18 de julho, representantes metalúrgicos da América do Sul reuniram-se na capital argentina para participar do Seminário de Acordos Comerciais do Mercosul, em mais uma rodada de debates sobre acordos comerciais promovido pela Federação Internacional dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica (FITIM) na região.

Durante a reunião, o secretário-geral adjunto da FITIM, o brasileiro Fernando Lopes, destacou a importância de os representantes metalúrgicos articularem ações sindicais nos países do Mercosul, além de ocuparem os espaços públicos e privados de debate sobre os acordos comerciais. "Temos que nos inserir nos locais onde existam reais possibilidades de influenciarmos no debate, para atuarmos de forma propositiva e permanente", disse.

Segundo Lopes, o objetivo da FITIM é despertar nos sindicatos a importância do tema para a evolução e o futuro dos países em desenvolvimento, bem como apontar os riscos e oportunidades dos acordos comerciais multilaterais e bilaterais realizados na OMC. É preciso entender os possíveis impactos que esses diversos acordos podem trazer para o futuro do emprego e do desenvolvimento econômico e social na região e no Brasil.

O vice-presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM/CUT), Marino Vani, diz que o encontro em Salvador nos dias 26 e 27 de junho sobre o NAMA (Acordo de Mercado dos Produtos Não Agrícolas) e este seminário realizado em Buenos Aires foram momentos importantes de informação, formação e troca de experiências entre os sindicatos do Cone Sul. "Organizando este tipo de atividade, a FITIM está cumprindo seu verdadeiro papel de protagonista da luta sindical metalúrgica e fazendo história na região", afirmou.

Para Vani, discutir estes temas é discutir o futuro do trabalho e do desenvolvimento no Mercosul. "Significa ajudar os sindicatos e dirigentes sindicais da região a pensar novos rumos e caminhos de ações sindicais que possam contribuir com o crescimento dos empregos e o desenvolvimento sustentável em nosso país e na América do Sul. Estes temas e debates estão ajudando a repensarmos nossos papéis enquanto dirigentes, sindicatos e trabalhadores como instrumentos de lutas que possam intervir de forma ativa e propositiva nos desafios que estão colocados para as nossas sociedades", disse.

Presente ao encontro, junto com a assessora da CNM/CUT, Flávia Silva, Marino Vani relatou que a globalização traz muitos riscos e oportunidades para toda a humanidade, enfatizando que o "mercado livre" só é bom para o grande capital. "As propostas comerciais que chegam aos nossos países não servem e nem podem ajudar nações em constituição e estados em desenvolvimento a se desenvolverem de forma sustentável".

Outra representante da FITIM no seminário, **Carla Coletti** reforçou a ideia de que não há desenvolvimento sem direitos sociais e nem direitos sociais sem desenvolvimento. "O debate que temos que travar é sobre desenvolvimento e direitos simultaneamente, e este desenvolvimento deve trazer melhorias nos indicadores sociais, na distribuição de riquezas e no fortalecimento das democracias", completou.



Responsabilidade metalúrgica - Em seu discurso, Marino afirma que neste momento abre-se uma grande oportunidade de iniciar a discussão de que desenvolvimento os trabalhadores metalúrgicos querem para o mundo. "Quem vai ganhar e quem pode ceder mais? Para onde vamos caminhar? Que custo terá este caminho com o futuro de nossas gerações e com o meio ambiente e as reservas naturais? Qual será o papel e as possibilidades de cada país neste processo?", questiona.

Responder estas questões é importante e pode gerar um mundo possível e acessível para todos. Caso contrário, só serão discutidos os interesses econômicos de uma minoria de grandes capitalistas no mundo. "É a oportunidade de debatermos e agirmos como sujeitos ativos e globalizados que somos. Os sindicatos têm um papel imprescindível e definidor dos rumos que podemos tomar. O que nos dizem é que tudo está definido e o mundo deverá caminhar a partir das lógicas dos mercados livres. Mas nós trabalhadores, sindicatos, sociedade civil e governos democráticos podemos dizer não a tudo isto. Os mercados devem respeitar os interesses do desenvolvimento justo e equilibrado, devem ser regrados e regulados a partir dos interesses da maioria das nações estados e países e das opções, consensos, vontades e decisões coletivas da humanidade", finalizou.

CNM/CUT na Rodada de Doha - Ainda nos dias 19 e 20 a FITIM realizou um seminário nos mesmos moldes para os sindicatos da América Central e Caribe. E com o apoio da FITIM, Marino Vani está em Genebra, na Suíça, para acompanhar as negociações da Mini Ministerial da Rodada de Doha que discute fundamentalmente o Acesso a Produtos Não Agrícolas - NAMA. As atividades na Europa tiveram início nesta segunda-feira (21) e terminam na próxima sexta, dia 25 de julho. *(Valter Bittencourt - Imprensa CNM/CUT)*

Sindicatos do Mercosul querem qualidade no emprego

Sindicatos Metalúrgicos dos países do Mercosul examinaram durante o seminário desta semana em Buenos Aires, Argentina, o impacto da liberalização do comércio na produção industrial e no desenvolvimento e a necessidade de fazer avançar o trabalho e os benefícios sociais nos acordos comerciais.

O seminário da Federação Internacional dos Trabalhadores das Industrias Metalúrgicas sobre os Tratados de Comércio do Mercosul aconteceu de 6 a 18 de com a participação de afiliados da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

Durante o seminário foi apresentado um informe piloto da investigação FITIM/OIT sobre os métodos de avaliação das repercussões da liberalização comercial sobre o emprego, focando-se em setores da indústria metalúrgica da Argentina e do Brasil. Destacou-se o efeito combinado de diversos fatores sobre o número e a qualidade dos postos de trabalho. Foram discutidas as consequências para o trabalho sindical bem como as perspectivas de desenvolvimento do projeto de investigação realizado com o apoio do Observatório Social do Brasil e da Fundación LASOS da Argentina.

Um painel integrado por representantes dos empregadores argentinos, dos governos e dos sindicatos e centrais sindicais do Cone Sul debateu as perspectivas da integração produtiva no Mercosul e o impacto da liberalização do comércio sobre a produção industrial e o desenvolvimento dos países da região. Foi reiterado o interesse dos sindicatos na avanço do trabalhismo e dos benefícios sociais. Ficou ressaltada a necessidade de vincular os direitos dos trabalhadores com o desenvolvimento sustentável e a criação de emprego estável e de qualidade.

"Os sindicatos da América Latina têm a sua estratégia social e trabalhista para propor", disse Hilda Sánchez de CSA/CSI, "mas não estamos dispostos a permanecer numa sala ao lado para discutir apenas a inclusão de cláusulas trabalhistas. A questão central é a questão da produção e a sua vinculação com o desenvolvimento e o trabalho decente". Sánchez contribuiu com uma análise exaustiva da mobilização sindical sobre as questões do comércio que são relevantes para os trabalhadores, particularmente na América Latina, e destacou a colaboração positiva com a FITIM.

O ministro do trabalho da Argentina, Carlos Tomada, fez observações na abertura do seminário e destacou a centralidade do trabalho. Ele se referiu a um déficit na qualidade e no número dos postos de trabalho e à prática da subcontratação em nome da concorrência, como os inimigos mais poderosos contra o desenvolvimento e a redução da pobreza. "Temos que lutar contra a exploração e a precarização voltadas para a redução de custos".

Os representantes da FITIM e da CSA expressaram a sua preocupação quanto às negociações da Rodada de Doha em uma reunião separada com Tomada. O ministro reafirmou a prioridade do governo argentino na colocação do desenvolvimento e do emprego no centro de sua posição negociadora na OMC. (FITIM, 18.07.2008)

As negociações de Doha

Iniciada em 2001, a Rodada de Doha, conhecida como rodada do desenvolvimento, buscava ampliar as possibilidades de venda dos produtos agrícolas dos países em desenvolvimento baixando as tarifas nos países desenvolvidos.

Contudo, para seguir nesta discussão, os países desenvolvidos querem que os países em desenvolvimento reduzam suas tarifas em relação aos produtos não agrícolas, o NAMA - que inclui mais de 8 mil produtos de bens industriais, recursos florestais, pesca, peles, minerais, pedras e pedras preciosas.

Em 2003 houve uma reunião no México, em 2005 em Hong Kong e agora na Suíça. Até o momento os negociadores ainda não chegaram a um consenso.

"A posição do Brasil hoje é negociar e chegar a um acordo, ao mesmo tempo em que a Europa e os Estados Unidos se mostram inflexíveis em suas posições" argumenta Vani.

NAMA: progressos tímidos

Publicado juntamente com o texto de agricultura, em 10 de julho passado, o novo texto sobre acesso a mercado de produtos não-agrícolas (NAMA, sigla em inglês) esboça fórmulas e números que determinam a profundidade dos cortes tarifários, bem como as contestadas exceções concedidas a PEDs em termos de liberalização. Tem sido difícil contornar as diferenças nessas negociações e, por essa razão, o presidente das mesmas, o Embaixador Don Stephenson, decidiu suspendê-las no início de junho passado.

Acordos setoriais e anti-concentração

Os dois pontos mais controversos referem-se ao uso de flexibilidades e exceções por PEDs durante o período de implementação da abertura de seus mercados. Esta questão é especialmente importante para a Rodada Doha, já que foi nomeada "Rodada para o Desenvolvimento" porque tem como objetivo encontrar soluções para os desafios econômicos enfrentados pelos Membros mais pobres da OMC.

Um dos temas mais problemáticos das negociações refere-se ao número de linhas tarifárias e à quantidade de importações de manufaturas que os PEDs poderão proteger (parcialmente ou totalmente) das reduções tarifárias. Ademais, no ano passado outra questão foi adicionada ao tema quando os Estados Unidos da América (EUA) e a UE propuseram uma "cláusula de anti-concentração", que impediria os PEDs de concentrar "flexibilidades" em categorias únicas de produtos, como os automóveis.

A nova provisão "anti-concentração" introduz limites para linhas tarifárias e volumes de importação para e entre capítulos individuais do sistema harmonizado (SH). Com ela, os PEDs não poderiam proteger tudo aquilo que estivesse classificado na abrangente categoria de "produtos de 4 dígitos", na qual os capítulos do SH encontram-se divididos (por exemplo, carros para passageiros desenhados para o transporte de menos de 10 pessoas).

Os países que se opõem à cláusula anticoncentração – Brasil, China, Índia, Malásia e África do Sul – argumentam que tal provisão resultaria em uma restrição injusta às flexibilidades acordadas a PEDs. Alguns delegados observam que não há comparação entre as limitações disponíveis para os países ricos protegerem certos produtos agrícolas dos cortes tarifários padrão e aquelas concedidas a PEDs para produtos industriais. O segundo tema contencioso diz respeito às iniciativas de liberalização por setor específico, que propõem a eliminação ou redução das tarifas de importação para produtos de um dado setor. Os EUA, um dos maiores defensores da iniciativa de "setoriais", afirmam que os PEDs – em particular países emergentes como Brasil e China – deveriam receber incentivos para participar dos acordos. Washington assegura que antes de vincular-se a qualquer redução tarifária, quer ter certeza de que tais países também participarão da iniciativa.

Apesar de diferenças ainda existirem, o tratamento dado ao Mercosul é tema que tem progredido consideravelmente. Os Membros do bloco (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) solicitaram mais espaço para protegerem produtos da redução tarifária. O objetivo é que cada Membro possa proteger seus respectivos setores industriais sensíveis das reduções tarifárias sem comprometer a estrutura de tarifa externa.

O Mercosul propôs – como uma flexibilidade – a exclusão das limitações de valor de importação do comércio interno das uniões aduaneiras entre PEDs, objetivando, assim, a proteção de suas indústrias nascentes. Países como os EUA foram contrários à proposta por temer que ela permitiria aos Membros do Mercosul proteger uma quantidade inaceitavelmente alta de comércio de manufaturados dos cortes tarifários padrão. O comércio bilateral de automóveis entre Brasil e Argentina, por exemplo, ficaria fora do cálculo do volume de importações. Desde então, surgiu a proposta para um potencial compromisso, de acordo com a qual os quatro Membros do Mercosul poderiam usar os volumes de importação do Brasil – o maior comerciante do bloco – como base para os limites de suas flexibilidades. Tal proposta faria com que o Brasil fosse tratado quase como se não fizesse parte de uma união aduaneira, já que o uso de suas flexibilidades estaria sujeito às mesmas restrições que Tailândia, Índia e demais PEDs que recebem tratamento tarifário padrão. Argentina, Paraguai e Uruguai, por sua vez, poderiam proteger proporções mais altas de suas próprias importações dos requerimentos padrão de liberalização, pois seu cálculo do volume de importação estaria diretamente vinculado aos níveis mais altos de importação brasileiros. *(Pontes - Julho 2008)*